

## **Título: O Museu da Cana como lugar de memória do trabalho e dos trabalhadores da cana**

*Elaine Aparecida Jardim  
Museóloga – Corem R4 302II  
elainejardim@alumni.usp.br*

**Resumo:** O presente escrito tem por objetivo abordar o tema da memória social, no âmbito do Museu da Cana, como parte das atividades de reformulação do seu Plano Museológico. Compreendendo o Museu como integrante do patrimônio industrial, na qualidade de uma estrutura fabril de produção de açúcar de cana, buscou-se analisar sua constituição a partir de dois aspectos contextuais: primeiro, como integrante do processo a expansão da cana no Brasil, desde a sua introdução a partir de 1532, até a criação dos Engenhos Centrais (1875) e sua posterior substituição pelas usinas (1909), que ainda hoje caracterizam o setor; segundo, como inserido em um sistema de produção que envolveu trabalhadores escravizados (indígenas e africanos), assalariados e, desde os finais do século XIX, imigrante europeus não-portugueses. A partir desse panorama, o enfoque voltou-se às questões relacionadas ao processo de musealização do antigo Engenho Central de Sertãozinho para enfatizar as memórias dos trabalhadores da cana, na condição de patrimônio imaterial do Museu, então compreendido como lugar de memória do trabalho e dos trabalhadores da cana.

### **1 – Introdução**

O Museu da Cana está localizado na zona rural de Sertãozinho, município situado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, e ocupa uma área de 12,9 hectares. Dentre suas atribuições estão a salvaguarda, a pesquisa e a comunicação do acervo do antigo Engenho Central de Sertãozinho/Usina Schmidt (conjunto arquitetônico, oficinas, maquinários, moradias) e a preservação de importante área remanescente de mata original e de reflorestamento, onde são desenvolvidas atividades de preservação ambiental.

Segundo o Plano Museológico (2014, p. 06), o Engenho Central de Sertãozinho foi fundado pelo cafeicultor Francisco Schmidt, em 1906. Na década de 1960, a propriedade foi vendida para Murílio Biagi, passando a funcionar como base de apoio para a Usina Santa Elisa, também em Sertãozinho, e ainda em atividade. Após um período de declínio das suas atividades, em meados da década de 1980, o Engenho foi completamente desativado, mas as suas edificações e maquinário foram preservados. Em 2005, por iniciativa de Luiz Lacerda Biagi, filho de Murílio Biagi, foi criado o Instituto Cultural Engenho Central, que atua como instituição mantenedora do Museu da Cana, que foi aberto à visitação em dezembro de 2013.

O conjunto edificado do antigo Engenho, aqui compreendido como acervo arquitetônico do Museu, apresenta características do padrão britânico de construções fabris, com o emprego de tijolos cerâmicos aparentes e poucos elementos ornamentais. Quanto ao seu maquinário, de origem escocesa de finais da década de 1880, é composto por picadores, moenda a vapor, cozedores, cristalizadores, centrifugadores e ensacadoras. As oficinas, onde eram manufaturadas as peças de reposição do Engenho, são construções feitas em madeira e representam importantes exemplares desse sistema construtivo. No tocante as moradias o Museu conta com dois conjuntos de casas em alvenaria, sendo, dezesseis delas configuradas como uma vila e outras quatro unidades alinhadas e que margeiam o edifício do Engenho.

O Museu conta ainda cerca de 2500 objetos (equipamentos, ferramentas, moldes em madeira, tachos e utensílios diversos) e um importante acervo documental e fotográfico. Para além desses itens, o Museu conta ainda com exemplares de engenhos Banguês do século XVI, adquiridos de antigos engenhos desativados do Nordeste, com moendas de tração humana e hidráulica, conforme descritos em sua lista de acervos, e que permitem uma abordagem mais ampla sobre o processo de desenvolvimento da indústria canaveira no Brasil.

A partir dessa breve descrição, como será possível observar no item a seguir, o Museu da Cana deve ser compreendido como integrado ao processo de expansão da cultura da cana no Brasil e em São Paulo e, desse modo, inserido no rol do patrimônio Industrial, nos termos da Carta de Nizhny Tagil (TICCIH<sup>1</sup>, 2003). A partir desse entendimento, nossa ênfase recairá sobre as questões relativas ao trabalho e aos trabalhadores da cana, na perspectiva da inclusão de suas memórias, em suas múltiplas manifestações, como patrimônio imaterial do Museu. Para tanto, iniciaremos com um sobrevoo sobre o percurso da cana no Brasil.

## **2 – A cultura da cana como constituinte de uma narrativa museológica**

Cada engenho é uma máquina e fábrica incrível. Em cada um, de ordinário há seis, oito ou mais brancos e, ao menos, 60 escravos (*sic*), que se requerem para o serviço. Os trapiches, engenhos que moem a cana com bois, requerem 60 bois, os quais moem de doze em doze, revezados: começa-se de ordinário a tarefa à meia noite e acaba-se no dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio dia (*sic*). Em cada tarefa se deita 60 a 70 formas de açúcar branco e mascavo. Cada forma tem mais de meia arroba. Os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos (*sic*). Tem necessidade cada engenho de feitor, carpinteiro, ferreiro, mestre de açúcar com

---

<sup>1</sup> The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), ratificada pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) e aprovada pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

outros oficiais, que servem do purificar. Os mestres de açucares são os senhores do engenho, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhes dão mesa, e cem mil réis, e outros mais a cada ano".

O extrato acima, de autoria do padre jesuíta Fernão Cardim, em missão ao Brasil entre 1583 e 1590), foi citado por Mariuzzo (2006, p. 01) e, segundo a autora, “o padre tenta descrever aquele que será o primeiro empreendimento industrial no Brasil”. Contudo, ao descrever as diferentes atividades realizadas nos engenhos, sua narrativa nos informa sobre a coexistência de trabalhadores brancos livres e de negros ou indígenas escravizados. Enquanto os primeiros se ocupavam das atividades especializadas (mestres de açúcar, feitor, carpinteiro, ferreiro), aos escravizados cabiam os trabalhos mais pesados, a “correria” citada pelo padre e apontada como causa da morte de muitos deles, revelando a natureza violenta na produção açucareira.

Contudo, para além dessa violência, a cultura da cana também promoveu mudanças sociais e culturais, como apontam Schwarcz e Starling (2017, p. 50). Segundo as autoras, o açúcar, em especial o proveniente da cana, não pode ser entendido apenas como “produto”, mas, também, como “produtor de códigos, costumes e hábitos”, tendo sido convertido de um ingrediente de luxo para um “produto corriqueiro e basicamente obrigatório”. A partir do século XVII, o “comércio da doçura” não apenas foi capaz de redefinir “o gosto pelo doce” quanto impulsionou a utilização de mão de obra de povos escravizados e a ocupação/exploração das ilhas atlânticas e das terras do “Novo Mundo”, incluindo o Brasil.

### **Origens, expansão e introdução da cana no Brasil**

Ainda segundo Schwarcz e Starling (2018, pp.51-52), o cultivo da cana surgiu em 8 mil anos a.C., na Nova Guiné, sendo que a produção de açúcar foi iniciada a partir de 350 d.C., na Índia. Em 711, trazido pelos árabes, o açúcar de cana chegou à Espanha e se espalhou pela Europa, gradativamente, substituindo o uso do mel e do açúcar de frutas. No caso de Portugal, o cultivo da cana teve início na Ilha da Madeira e, depois, Açores, Cabo Verde e São Tomé. Em São Tomé, como afirmam as autoras, ocorreu também a introdução da mão de obra escravizada nos trabalhos da cana. Mais tarde, a Ilha seria convertida em importante entreposto do tráfico atlântico de escravizados, então, trazidos de Benim, Angola, Senegal e Gâmbia.

Na esteira dessa expansão, a cultura da cana foi introduzida na América Portuguesa em 1532, pela expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza. O navegador português instruiu o

início da construção de engenhos e da plantação dos canaviais. Essa primeira atividade de produção agrícola-fabril de base escravista (de africanos e de indígenas, os chamados “negros da terra”), também definiu a inserção do Brasil em uma “série de processos econômicos condizentes com as mais diversas necessidades da época” (Teixeira, 2011, p. 01), posteriormente denominados como “ciclos econômicos”, sendo a produção prioritariamente voltada ao consumo da metrópole portuguesa e aos mercados europeus.

Segundo Teixeira (2011 p. 8), datam desse período a implantação das primeiras lavouras e engenhos de cana no litoral paulista, ocupando a ilha do Gohayó (atuais Santos e São Vicente) e o seu entorno, como pode ser observado no mapa abaixo (Fig. 01), sendo: **(1)** Madre de Deus/1532; **(2)** de São Paulo/1533; **(3)** do Senhor Governador/1534; **(4)** dos Aires/1534; **(5)** Nossa Senhora da Apresentação/1560; **(6)** de Santo Amaro/1565; **(7)** de Santo Antônio/1570; **(8)** Nossa Senhora das Naus/1580 e; **(9)** Nossa Senhora do Pilar/1590.



**Figura 01:** Mapa da localização dos primeiros engenhos em São Vicente (Teixeira, 2011, p. 8).

O autor destaca o terceiro deles, o *Engenho do Senhor Governador* (1534), que era de propriedade de Martim Afonso de Souza e de seu irmão, sendo vendido em 1544, para Erasmo Schetz de Antuérpia e seus filhos, passando a ser denominado *Engenho São Jorge dos Erasmos*, em atividade até o século XVIII. Em 1958, Otávio Ribeiro de Araújo, seu último proprietário, doou a área do Engenho e suas ruínas para a USP. Em 1963, a Engenho foi tombado pelo Iphan, como *Monumento Nacional Ruínas do Engenho dos Erasmos*.

Segundo Andreatta (1999, p.31), a estrutura do Engenho dos Erasmos seguia os padrões de composição daquela época e contava com: engenho d'água, casa da moenda, casa das

fornalhas, casa das caldeiras e casa de purgar; áreas administrativa e residencial (casa grande, alojamento e senzala); além de uma capela dedicada à São Jorge. A imagem a seguir (Fig. 02) apresenta a fotografia de parte da Engenho (2014) com ilustrações de atividades produtivas.



**Figura 02:** Foto do Engenho com ilustrações da produção do açúcar. Fonte USP (2014, p. 3)

Único remanescente dos engenhos desse período inicial de introdução da cana no Brasil, atualmente o Engenho dos Erasmos funciona como *Base Avançada de Pesquisa e Cultura da USP*, vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, onde são realizadas pesquisas arqueológicas e ambientais. O Engenho também oferece atividades culturais, de preservação ambiental e ações educativas abertas ao público, configurando-se como importante referência na preservação e divulgação da cultura da cana no Brasil e em São Paulo.

### **Do engenho escravista às atuais usinas de açúcar e álcool, a expansão da cana no Brasil**

Em 1554, Portugal deu início ao sistema de colonização por meio de Capitânicas Hereditárias e, tendo como base a experiência de São Vicente, a cultura canavieira foi adotada como o modelo econômico de ocupação do território. Para tanto, apontam Rodrigues e Ross (2020, p.20), os donatários “recebiam privilégios jurídicos e fiscais para implantação de engenhos no prazo de três anos, tais como: isenção de taxas sobre a produção de açúcar [...] honorárias e títulos”. Entre esses “privilégios” estava o da “escravização dos indígenas em número ilimitado e autorização para exportá-los para Portugal”. De tal modo, que fica claro o vínculo entre a expansão da cana, no Brasil, e o processo de escravização humana.

Nesse contexto, o cultivo da cana-de-açúcar foi introduzido quase que simultaneamente no Rio de Janeiro e no Nordeste da Colônia. Contudo, foi nas Capitanias de Pernambuco (que incluía o atual estado de Alagoas) e da Bahia, que a cultura da cana apresentou maior desempenho. De acordo Rodrigues e Ross (2020 p. 24), em 1585, a Capitania de Pernambuco contava com 66 engenhos, tendo o Porto de Recife como principal canal de escoamento de açúcar para Portugal. Ao final do século XVII, Pernambuco contava com 150 engenhos, firmando-se como maior produtor de açúcar da Colônia. Entretanto, é importante destacar que a implantação de engenhos e o cultivo da cana-de-açúcar ocorreu em toda a faixa litorânea que se estende do Pará até Santa Catarina. (Pelegrin, 2022, p. 3).

### **De volta a São Paulo**

A partir de 1568, segundo Rodrigues e Ross (2020, p. 32), a cultura da cana entra em declínio no litoral paulista, por ser incapaz de concorrer com a produção nordestina, restando pequenos engenhos dedicados à produção local de água ardente e de açúcar para o consumo do mercado local. A partir de 1750, no contexto de ocupação do Planalto Paulista, o açúcar volta a ganhar importância na economia paulista, com a plantação de novos canaviais e a construção de novos engenhos. Segundo Meira (2007, p. 20), em 1808, existiam 458 engenhos de açúcar e 601 alambiques na província de São Paulo.

O final do século XIX, contudo, marca o declínio da produção açucareira em todo o país. Segundo Costa (1999, p. 01), a queda do preço do produto no mercado internacional, a concorrência com a produção de açúcar das Antilhas e o cultivo da beterraba, em expansão na Europa, colaboraram para esse processo. Foi nesse quadro socioeconômico que teve início, em 1875, a transição dos antigos Engenhos Banguês movidos a tração (humana, por animais ou por rodas d'água) para o sistema de produção dos Engenhos Centrais, movidos a vapor, do qual faz parte o Engenho Central de Sertãozinho, atual Museu da Cana.

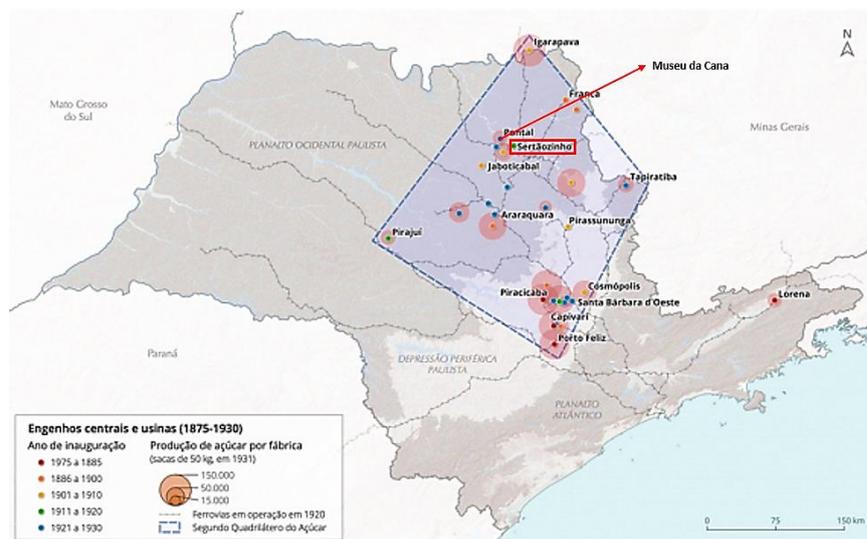
Para além dos avanços tecnológicos relativos ao uso de maquinário que aumentou sobremaneira a capacidade de produção de açúcar (Meira, 2007, p. 75), a lógica do engenho central estava baseada em uma política governamental fundamentada na divisão do trabalho entre a produção agrícola (a unidade de cultivo) e a produção do açúcar (unidade fabril). Segundo apontam Rodrigues e Ross (2020, p.70), a expectativa era que esse modelo

promovesse a redução de custos, de modo que tanto os agricultores quanto os senhores de engenho pudessem direcionar seus recursos para as atividades fins: cultivo ou industrialização.

No caso de São Paulo, entretanto, segundo o Plano Museológico (2014, p. 2), “os engenhos centrais foram formados por grandes fazendeiros de café e cana-de-açúcar, sem a separação das lavouras e fábricas, apesar de haver compra de cana para processar”. Portanto, essa informação indica que o capital gerado pelo café também foi capaz de intensificar a produção paulista de açúcar de cana e a modernização e/ou a implantação de novos Engenhos.

Por outra via, esclarece Meira (2010, p. 108) que, ainda durante o Império, alguns desses engenhos centrais já apresentavam características próprias de usinas. Segundo Pedro Ramos (citado por Pelegrin, 2022, p.09), “a usina era (e é) um engenho grande, uma unidade que mantinha a característica básica da produção açucareira dos tempos coloniais: a produção integrada, agrícola e industrial sob o controle do mesmo proprietário”.

A partir de 1909, o governo republicado abandonou a política de implantação dos engenhos centrais e voltou seus esforços exclusivamente para a implantação das usinas. Segundo Meira (2007, p. 137), entre 1912 e 1918, a produção das usinas já representava 50% da produção de açúcar no Brasil. Desde então, o sistema de usinas se consolidou e foi aperfeiçoado, permanecendo como base para a atual produção sucroalcooleira. A imagem abaixo (Fig. 3) apresenta o mapa de implantação das usinas, entre 1875 e 1930. Em destaque, encontra-se Sertãozinho, município onde está localizado o Engenho Central/Museu da Cana.



**Figura 03:** Mapa de implantação das usinas paulistas entre 1875 e 1930 (Pelegrin,2022, p. 6)

## **Os trabalhadores da cana e a configuração da chamada “cultura paulista”**

No que diz respeito aos trabalhadores da cana, no Brasil, como visto anteriormente, esteve desde o início fundamentado na força de trabalho de escravizados, africanos ou indígenas, sendo impossível desvincular um processo do outro. Mesmo considerando a presença de uma parcela de trabalhadores brancos livres, em termos quantitativos, eram em menor número e desempenhavam as atividades de comando, controle e/ou especializadas. No plano do geral, portanto, havia uma divisão de trabalho baseada no critério racial que desconsiderava os saberes dos povos escravizados, cabendo a eles a “correria” apontada pelo Padre Cardim. Contudo, ao destacarmos o vínculo entre a indústria canavieira e o trabalho de escravizados, não podemos deixar de lado a questão da precariedade das condições de trabalho a qual todos os trabalhadores da cana, livres ou escravizados, estavam submetidos.

A partir do final do século XIX, intensificou-se a vinda de imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras paulistas de café e de cana, indicando uma gradativa substituição da mão de obra de escravizados por trabalhadores livres brancos de origem europeia, sobretudo após a promulgação da Lei Áurea (1888). Todavia, uma parte expressiva dos antigos escravizados permaneceu no trabalho das lavouras de cana e nos engenhos, ora como assalariados, possivelmente exercendo as mesmas funções precárias de antes.

Esse período de transição entre o sistema escravista e a intensificação do trabalho livre, incluindo os imigrantes europeus, corresponde ao da implantação dos Engenhos Centrais, ocorrido entre 1875 e 1909. Nesse sentido, o Plano Museológico (2014, p. 06) traz a informação que os operários dos “engenhos do Oeste paulista eram, em sua maioria, imigrantes italianos”. Tendo em vista que esse Engenho entrou em atividade em 1906, portanto, após a Lei Áurea (1888), é lícito afirmar que, nesse caso, não houve o emprego de mão de obra escravizada, contudo, possivelmente houve a contratação de seus descendentes.

No que diz respeito à participação dos diferentes grupos culturais na formação da chamada “cultura paulista”, embora haja uma tendência a enfatizar a participação dos imigrantes europeus nesse processo, é correto afirmar que ela é resultante da convergência de sistemas culturais bastante diversos, sobretudo, os de matriz africana e indígena. Outro aspecto que precisa ser observado é que essa configuração cultural não se deu de forma isenta de embates

entre os diferentes grupos sociais envolvidos e, nesse sentido, é imperativo recusar as narrativas apaziguadoras, que escamoteiam a violência desse sistema de trabalho.

Outro ponto apresentado pelo Plano Museológico (2014, p. 6) e que diz respeito ao tema da memória social, a ser desenvolvido no próximo item, trata da forma de apropriação do espaço pelos operários ao descrever que o Engenho Central de Sertãozinho “chegou a contratar 100 operários” e que, por iniciativa deles “a parada de carroças logo abrigou um campo de jogos”. A apropriação do espaço de trabalho e sua conversão, mesmo que por um curto período, em espaço de lazer, deposita sobre o primeiro uma outra camada de significado. Essa construção de significados não ocorre de forma individual, mas na relação com o grupo e, portanto, base das memórias individuais e coletivas vinculadas ao território, no caso, o de trabalho.

### **3 – As relações entre memória-identidade-território no contexto da produção da cana**

Segundo a Carta de Nizhny Tagil (2003, p. 04), para além da arquitetura e do maquinário de antigas unidades fabris, representativos de valor científico e tecnológico, o patrimônio industrial compreende um valor social configurado pelas práticas sociais do cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo de produção industrial. De tal modo, que o espaço de trabalho se configura “como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário”. No caso do Engenho em estudo, essa atribuição de um sentimento lúdico ao espaço de guarda das carroças pesa como um exemplo de apropriação do espaço da fábrica pelos trabalhadores, como demonstrado no item anterior.

Todavia, a Carta de Nizhny Tagil também aponta para os espaços de moradia, os lugares de culto e de atividades sociais como inseridos no contexto do patrimônio industrial, não meramente como exemplares arquitetônicos, mas como espaços sociais de intersecção entre os espaços de produção e os espaços de moradia e de práticas sociais. Tal inclusão, portanto, se dá em virtude de não ser possível desvincular as memórias institucionais das memórias dos trabalhadores, tendo em vista que ambas foram constituídas no mesmo espaço, enquanto memória do trabalho e dos trabalhadores.

Nesse sentido, Scifoni e Nascimento (2013, p.01), tecem críticas às abordagens baseadas no conceito de patrimônio industrial que, no entanto, adotam uma “perspectiva centrada nos meios de produção, ou seja, os espaços fabris e o maquinário”, deixando de fora os espaços

de moradia e de sociabilidade (campos de futebol, sindicatos, bares, bem como as festas e os cultos religiosos), entendidos como “testemunhos da memória do trabalhador”, portanto, lugar de memória do trabalho. Segundo Magnani (2013), esses espaços possibilitam a construção dos vínculos sociais, por meio das relações de parentesco, das amizades e de saberes, enquanto práticas determinantes para a estruturação das memórias e identidades vinculadas ao território. São as práticas sociais que, ao fim e ao cabo, oferecem o lastro de confiança e de origem que dão significado e alívio às tensões do cotidiano dos trabalhadores.

Do mesmo modo, Rodrigues ([s/d], pp.33-35), aponta para a tendência da abordagem que “pouco fala dos homens, estes sim, os únicos detentores da capacidade de lembrar e de operar memórias” e, em seguida alerta, que é na “capacidade humana de escolher que residem os valores da sociedade. [...] não nos objetos em si”. E, fazendo referência à Ulpiano Bezerra de Menezes, complementa que, as coisas não possuem valor cultural imanente, mas, apenas aqueles significados que a necessidade humana, no âmbito das relações sociais e no decorrer do tempo, é capaz de atribuir às coisas.

Assim, tanto a abordagem apresentada na Carta de Nizhny Tagil quanto as observações dos autores citados, estão vinculadas à constituição de uma perspectiva democrática e inclusiva sobre o patrimônio cultural, que busca romper com narrativas centradas no protagonismo dos donos dos meios de produção para lançar luz ao imenso universo dos operários. É premente incluir, portanto, as memórias dos chamados “homens e mulheres comuns”, os sujeitos ditos “subalternos”, na equação teórica do que o patrimônio industrial representa. São exemplos possíveis os espaços de trabalho, moradia e lazer, que configuram o cotidiano dos trabalhadores e possibilitam as construções identitárias vinculadas aos espaços de trabalho.

Conforme observam Font e Rulí (2006, p. 38), “o lugar proporciona o meio fundamental pelo qual damos sentido ao mundo e por meio do qual atuamos”, assim, “quando ‘vivemos’ os lugares, criamos identidades. Falar de lugar, portanto, é falar de identidade”. Não por acaso a referência ao lugar é um dado recorrente nos registros de história oral, por meio de narrativas de apropriação/transformação do espaço, sendo comum o uso de expressões como: “quando cheguei aqui era tudo mato” ou “hoje está tudo mudado”. Essas expressões denotam referências intangíveis das memórias, individuais e coletivas vinculadas ao espaço.

Outro aspecto importante a ser abordado é a interação entre memória, linguagem e produção de conhecimento, como observa Meneses (2007, p. 16-18),

A memória, entretanto, que permite a recuperação da experiência, é que vai possibilitar que as respostas satisfatórias possam ser utilizadas em todas as situações similares. Mas ainda alguma coisa está faltando, pois, mesmo que estas experiências pudessem ser recuperadas e definir padrões – padrões, por exemplo, como a tipologia de artefatos –, elas permaneceriam individuais. Essa outra coisa que está faltando, que se associa à memória, é a linguagem. É a linguagem que permite que a memória seja um veículo de socialização das experiências individuais. A capacidade de abstração e a de articulação, portanto, não morrem no nível individual. No indivíduo, elas têm continuidade, mas podem também se transmitir a uma comunidade de pessoas. [...] a memória e a linguagem são fatores que permitiram aos homens definir escolhas, e, por isso, instituir e difundir significados e valores.

Ao compreendermos a memória como forma de conhecimento construído a partir das experiências do vivido, é necessário considerar que ela “não só transmite conhecimento e significações, mas cria significados”, como aponta Menezes (2007, p.17) e, assim, entramos no campo do imaginário, das representações sociais, da fabulação. Contudo, é necessário observar que as memórias não são neutras, na medida em que estão vinculadas às dinâmicas de poder, seja de um sujeito sobre outro ou de um grupo social sobre outro. Como aponta Le Goff (2003, p. 32), “a memória faz parte do jogo de poder”, estando sujeita às “manipulações consciente ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais e coletivos”.

Do mesmo modo, a memória não é estanque ou conformada, ao contrário, é sempre inacabada, provisória e vinculada às dinâmicas do lembrar/esquecer operadas a partir do tempo presente. Assim, a memória também é uma ficção sobre um passado vivido, uma idealização cuidadosamente elaborada, mesmo que inconscientemente, para dar conta desse passado no tempo do presente.

No contexto do alargamento das perspectivas patrimoniais, as memórias dos ditos sujeitos comuns configuram-se como forma de justiça, como aponta Nora (2009, p. 9), como uma reparação resultante de um processo histórico de exclusão, por exemplo, pelo alargamento de sujeitos sociais em narrativas hegemônicas. Huyssen (2004) destaca, porém, que se a ampliação das perspectivas patrimoniais possibilitou a emergência de narrativas de memória reprimidas e a inserção de novos sujeitos narradores, também, provocou a proliferação de museus, cujas temáticas identitárias são cada vez mais específicas, restritivas e fragmentárias.

Embora esse processo de inclusão de “novos sujeitos narradores” seja de suma importância, contudo, como apontam os autores acima, faz-se imperiosa a adoção de critérios rigorosos para o processo de institucionalização dessas narrativas, de tal modo que as memórias não sejam cristalizadas e/ou tomadas como verdades absolutas, mas compreendidas segundo as suas subjetividades. Ainda que o sujeito narrador de suas próprias memórias constitua tão somente uma representação sobre o seu passado, o sujeito pesquisador deve adotar uma postura crítica e encarar essas narrativas com rigor metodológico. Do mesmo modo, as memórias institucionalizadas não podem ser convertidas em uma forma de dever de lembrar, desrespeitando o direito ao esquecimento, ou como então elemento de exclusão do “outro” que não pertence ao mesmo grupo.

O processo de institucionalização das memórias individuais, convertidas em coletivas por meio de ações museológicas, portanto, deve evitar os riscos de instrumentalização e da conversão das memórias em produto da indústria cultural. Retomando Huyssen (2004), ao se tornarem oficiais, as memórias tendem ao risco da conformação aos discursos identitários hegemônicos revelando, assim, problemas de definições identitárias forjadas em narrativas reguladoras que são transmutadas em discursos de inclusão.

Assim, embora nosso objetivo seja promover a inclusão das memórias dos trabalhadores da cana em suas múltiplas manifestações, como patrimônio imaterial do Museu, é de fundamental importância que essa ação seja desenvolvida a partir do embasamento em sólidos critérios teórico-metodológico, de ancoramento na literatura especializada e na observação cuidadosa das melhores práticas análogas adotadas em museus do Brasil e do mundo. Para além do que foi indicado, também deve-se evitar abordagens apaziguadoras e/ou nostálgicas de um passado idealizado, demasiado tentadoras quando se trata da “cultura caipira”, como ocorre com frequência na literatura, na teledramaturgia e nas artes em geral e mesmo nas festividades de origem rural, quando inseridas no mercado turístico.

Por fim, é imprescindível considerar a inclusão das memórias difíceis da escravização, de africanos e de indígenas, das condições precárias de trabalho da cana, das lutas, das revoltas e das dificuldades inerentes a uma atividade fortemente vinculada à violência física e simbólica, com desdobramentos políticos evidentes na vida social contemporânea, visto tratar-se de relações sociais estruturantes da sociedade brasileira.

#### **4 – A relevância do Museu da Cana no cenário museológico**

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022)

À nova definição de museu, dada pelo ICOM (2022), é possível acrescentar aquela defendida por Hugues de Varine-Bohan (SISEM/EPM, 2016), destacando que o museu contemporâneo é uma instituição de caráter cultural, social e econômico e, assim como todas as instituições de acesso público, tem papel definido no desenvolvimento do território onde está inserido. Nesse sentido, o museu está a serviço da população, na qualidade de instituição de memória que salvaguarda o patrimônio, compreendido como uma forma de capital simbólico do território e de sua comunidade que é, ao mesmo tempo, produtora e receptora desse patrimônio, em uma relação necessariamente dialética.

Para além dessas duas definições complementares, ainda cabe observar que o museu contemporâneo é, sobretudo, um espaço de transgressão, como descreve Bruno (2011, p.29), no sentido de trazer à tona aspectos antes invisibilizados, rompendo com as narrativas hegemônicas comuns aos museus dos séculos XIX e XX. O museu do século XXI afasta-se da glorificação das elites, dos heróis nacionalistas e de um passado idealizado para dar conta da diversidade cultural, das múltiplas identidades, das disputas político-ideológicas e dos conflitos entre os diferentes grupos sociais envolvidos. Logo, o museu contemporâneo está muito distante das narrativas apaziguadoras e de uma suposta neutralidade.

Nesse cenário de profundas transformações do campo museológico cabe observar as práticas curatoriais e critérios a partir dos quais os acervos são abordados e comunicados em exposições, publicações e atividades culturais. A ênfase deve recair sobre os processos sociais que deram origem aos artefatos e ao contexto de sua integração ao acervo do museu e, portanto, não mais sobre o protagonismo de seus antigos detentores ou a um suposto valor imanente do artefato. Não se trata, contudo, de desconsiderar o papel social dos antigos proprietários dos artefatos ou meios de produção, mas do olhar sobre novos sujeitos históricos, anteriormente invisibilizados na narrativas museográficas.

Ao abordar os artefatos musealizados sobre essa nova perspectiva, é preciso considerar que o sentido de “artefato” é aquele resultante do trabalho de homens, de mulheres e, por vezes, de crianças, inseridos em um contexto social que define as bases dessa produção. Ao discutir os artefatos, por meio de uma comunicação museológica, é ainda necessário observar os critérios adotados tanto em sua seleção quanto em sua organização, tendo em vista que essas operações também não são neutras.

É por meio dos artefatos que o museu estabelece contato com os seus públicos e, desse modo, é preciso observar se ao comunicar um determinado artefato, o museu possibilita que os públicos estabeleçam conexões com as questões que lhes são concernentes, bem como à de sua inserção na sociedade, considerando as tensões, os conflitos e os encontros inerentes às relações sociais. Apenas desse modo o museu cumprirá a sua função social de gestor do patrimônio coletivo e da produção de conhecimento, sendo capaz de atuar como agente no processo de desenvolvimento do território onde está inserido, como apontou Varine-Bohan.

No caso do Museu da Cana, consideradas as observações sobre a produção dos artefatos e a sua inserção ao acervo na condição de patrimônio cultural, cabem algumas questões: quem são os sujeitos sociais envolvidos nas atividades de cultivo, colheita, transporte, processamento da cana e produção de açúcar; quais são os artefatos historicamente produzidos nos contextos socioeconômicos da indústria do açúcar; sob quais perspectivas esses artefatos podem ser abordados no âmbito das ações museológicas?

Como visto na introdução do presente texto, o acervo do Museu da Cana é composto pelo conjunto arquitetônico (edifício fabril, oficinas, moradias), pelo maquinário de processamento da cana e produção do açúcar, ferramentas, utensílios e documentos.

Começando pelo conjunto configurado entre o edifício fabril e o maquinário que ele abriga, que assume um caráter monumental bastante ativo na paisagem, sendo representativo de um discurso de domínio da técnica sobre a natureza. Do ponto de vista da sua organização espacial o edifício segue a lógica linear que corresponde à sua função industrial. O maquinário, com suas engrenagens expostas, por sua vez, revela uma linha da produção iniciada com o ingresso da cana *in natura*, na moenda, passando pelas diferentes etapas de processamento até atingir sua completa transformação em açúcar refinado, como um produto inserido no “mercado da doçura”, como apontaram Schwarcz e Starling.

Em vista disso, a abordagem mais evidente para o acervo do Museu da Cana seria pela via da história da técnica e da tecnologia de processamento da cana, sendo possível estabelecer um percurso do desenvolvimento tecnológico dos sistemas de produção da cana, desde os primeiros engenhos Banguês até a implantação dos engenhos centrais e das usinas que os sucederam. Contudo, embora a importância de uma abordagem pelo viés da história da técnica, incluindo nesse contexto a arquitetura, seria incompleta e reducionista, sobretudo, se considerados os riscos de exclusão do componente humano desse processo.

Considerando a perspectiva museológica contemporânea, essa abordagem faria sentido se o enfoque recaísse sobre aquilo que a tecnologia é capaz de impactar nas relações sociais e no processo de desenvolvimento da sociedade, compreendendo tanto os edifícios quanto o maquinário como artefatos resultantes do trabalho humano. Assim, embora seja legítima a pesquisa dos diversos componentes dessa estrutura, que permitem saber como funcionava cada uma das etapas do processo produtivo, é fundamental compreender também quem eram os trabalhadores que atuavam em cada uma dessas etapas e como era o processo de trabalho, quais eram os conhecimentos que eles detinham para atuar nessas diferentes etapas.

Especificamente, de que forma o barulho das máquinas, o calor, a carga horária, o esforço físico em cada uma dessas etapas impactavam a vida dos trabalhadores do engenho. Dando um passo atrás, como esses objetos, enquanto cultura material, documentam o trabalho no campo, desde o preparo da terra até a colheita. De que modo se dava o transporte da cana desde o canavial até o engenho e como era feita a transferência da carga. Acima de tudo, quem eram esses trabalhadores, de onde vinham, quais as suas condições de trabalho e de moradia, quais as suas formas de organização e estratégias de sobrevivência.

No que diz respeito ao lugar de moradia desses trabalhadores, como eram e onde ficavam. De acordo com o Plano Museológico do Museu da Cana (2014), a área do Museu conta com um conjunto de casas que ainda hoje são utilizadas como moradia e que, embora não façam parte do acervo do Museu, devem ser observadas em suas atividades museológicas. As moradias operárias, em vilas urbanas ou rurais, estão inseridas no sistema de organização do trabalho, portanto, são inerentes ao modo de produção industrial e devem ser abordadas como exemplares do modo de morar operário, pelo menos, um deles.

Segundo Barros (2013, pp.9-11), tais moradias são compreendidas como uma “ação patronal de controle sobre as circunstâncias que envolvam o cotidiano dos trabalhadores”, ou seja, uma forma de transferência da disciplina do espaço de produção para os espaços de moradia, que estão na ordem do privado. Desse modo, não é possível tratar das memórias dos trabalhadores sem que seja observada a questão da moradia, observando os aspectos positivos e negativos desse modo de morar e, sobretudo, como essa modalidade de moradia impactou (e ainda impacta) na instância privada da vida.

Nesse sentido, o Museu da Cana ganha ainda mais relevância ao investir em sua disposição e capacidade de abordar os diferentes temas que permeiam a cultura da cana, na medida em que guarda o potencial de problematizar desde o processo de implantação, expansão e desenvolvimento da indústria da cana no Brasil até o tempo do presente. Na mesma esteira, também ser capaz de abordar os impactos da cultura canavieira no meio ambiente original e na vida dos povos indígenas Caiapós (Gomes, 2017, p.1) que ocupavam esse território antes do plantio da cana e, na outra ponta, de analisar o impacto desse insumo agrícola na constituição e desenvolvimento dos municípios da região, bem como na configuração sociocultural das suas populações.

Do mesmo modo, atendida a sua vocação, o potencial do Museu da Cana não é restrito aos cenários local e paulista, mas em âmbito nacional, tendo em vista que, atualmente, a produção açucareira ocupa áreas muito mais amplas que originalmente e, portanto, as questões trabalhistas, sociais e ambientais envolvidas são igualmente mais amplas e complexas. Portanto, sua relevância no cenário museológico tanto será maior quanto o Museu for capaz de abordar as questões do trabalho e do trabalhador, do passado e do presente (assalariados e/ou escravizados), bem como recusar as narrativas apaziguadoras de uma cultura caipira idealizada e isenta de conflitos.

Nessa direção, é possível apontar as experiências de museus que adotaram a temática do trabalho como eixo de suas narrativas, tais como: Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte; o Museu do Trabalho, em Porto Alegre; o Museu da Imigração e, também no contexto paulistano o Novo Museu do Ipiranga. Recentemente reaberto à visitação, o Museu do Ipiranga desenvolveu suas novas exposições a partir das temáticas do “universo do trabalho” e do “cotidiano e sociedade”, abordando processos que envolvem a participação sujeitos de

diferentes grupos sociais, constituindo-se como importante referência no cenário museológico no que se trata da memória do trabalho.

Mesmo assim, ainda são poucos os museus que adotam a temática do trabalho, ficando pendentes as discussões mais aprofundadas, sobretudo, no que diz respeito ao emprego de mão de obra de escravizados (africanos e indígenas) e de operários, de caráter rural ou urbano, sobretudo, dos conhecimentos desenvolvidos por grupos ditos subalternos. Daí nosso diagnóstico, enfim, sobre a necessidade de uma abordagem museológica centrada nas memórias dos trabalhos e dos trabalhadores da cana no Brasil sem, contudo, excluir ou enfraquecer a memória dos meios de produção, da memória da técnica e da tecnologia.

## **5 – Considerações finais**

O presente escrito se configura como uma apreciação a respeito dos temas que envolvem a abordagem museológica fundada no conceito da memória social e suas interações com as identidades constituídas a partir de espaços e cultura material do trabalho, com o objetivo de definir o Museu da Cana como um lugar de memória do trabalho e dos trabalhadores da cana. Nesse processo, foram abordadas questões sobre a introdução e a expansão da cana, com ênfase nos sistemas de trabalho baseados na escravização de indígenas e africanos e na exploração de trabalhadores livres, incluindo os imigrantes europeus, sejam os portugueses da primeira hora ou os que aqui chegaram a partir de meados do século XIX.

A partir dessas colocações, o Museu da Cana foi entendido como indissociável desse processo socioeconômico e, ao mesmo tempo, comprometido com os processos ainda em curso e que envolvem a produção sucroalcooleira dos séculos XX e XXI. Assim, o Museu da Cana tanto guarda relação com o passado quanto com o presente dos trabalhadores da cana, tal como deve ser o compromisso do museu contemporâneo, com relação as questões do seu território, com vistas ao seu desenvolvimento, conforme apontou Hugues de Varine-Bohan. Portanto, cabe ao Museu abordar temas difíceis como: a escravidão, o racismo, a imigração e a migração, os conflitos de terra, a destruição do meio ambiente, dentre outros temas contemporâneos.

Não por acaso, o Encontro Paulista de Museus/Sisem de 2023, a ser realizado em novembro do corrente ano, trará o tema “Bem-viver, território, antirracismo, diversidade: com quantos termos se faz um museu?”. Ao adotar esse tema o EPM/2023 busca refletir sobre a atualidade

da Carta de Santiago (1972), na perspectiva da nova definição de museus, de 2022. Assim, essa proposta busca uma reflexão crítica sobre as ações dos museus contemporâneos, na busca de estratégias para o enfrentamento dessas questões que afetam todos os setores da sociedade.

Nessa mesma direção, a presente apreciação busca destacar os aspectos que envolvem as questões do passado e do presente da cultura canavieira, buscando destacar sua relevância do Museu da Cana no campo museológico, em seu aspecto singular, no sentido de ampliar suas ações no território. No contexto da revisão do seu Plano Museológico (2023) é, portanto, fundamental destacar as ações em desenvolvimento pelo Museu, mirando o seu aperfeiçoamento e aprofundamento, tais como os projetos “Verdear” e “Colhendo Memórias”, além de outras atividades educativas desenvolvidas no âmbito do Museu. Tais ações caracterizam-se como fundamentais, pois em muito colaboram para que essa instituição desempenhe a contento suas funções sociais de salvaguarda, pesquisa e comunicação.

## 6 – Bibliografia

- ANDREATTA, M. D. **Engenho dos Erasmos: prospecção arqueológica, Histórica e Industrial**. Revista USP, São Paulo, n.41, p. 28-47, 1999.
- BRUNO, M.C.O. Os Museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. In: SISEM (Org). **Museus: o que são e para que servem**. ACAM Portinari; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. São Paulo, 2011.
- CARTA DE NIZHNY TAGIL. in TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Nizhny Tagil, 2003. Disponível em [www.patrimônioindustrial.org.br](http://www.patrimônioindustrial.org.br)
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil: 1870-1950**. São Carlos, SP: RiMa, 2004.
- COSTA, M. P. **Os Engenhos Centrais e a modernização da agroindústria açucareira em Pernambuco**, III Congresso Brasileiro de História Econômica, 1999.
- FONT, J. N.; RULÍ, J.V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- ICOM. **Declaração de Santiago do Chile**. Mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972.
- KETELHUT, S. M. **A persistência da memória em museus da cana de açúcar: o Museu da Cana do Engenho Central, Pontal – SP**. Relatório de Pesquisa. Graduação em Ciências da Informação/USP. São Paulo, 2018
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- MAGNANI, J.G.C. **De perto e de dentro: um novo olhar sobre a cidade**. Revista FGV Executivo, v.12, n.2, jul./dez. São Paulo: FGV, 2013, pp.38-41.
- MARINS, P. C. G.. Preservação do patrimônio rural no estado de São Paulo: entre ação governamental e práticas sociais. In: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. (Org.). **Espaços de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. 1ed.São Paulo: Annablume, 2013, v. 1, p. 161-182.

- MARIUZZO P. N. S. **Trens e cana de açúcar: engenhos e ferrovias são os testemunhos das primeiras atividades industriais brasileiras.** Patrimônio - Revista Eletrônica do Iphan, Campinas, 10 mar. 2006.
- MEIRA, R.B. **Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais.** Dissertação de Mestrado/USP. Ano de Obtenção: 2007.
- MENESES, U.T.B. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, D.S. (Org.) **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana.** São Paulo; Edições SESC SP, 2007.
- NORA, P. **Memória: da liberdade à tirania.** Revista Musas nº 4, pp. 6-10, 2009.
- PELEGRIN, A.M.R. **Agroindústria canavieira e formação territorial paulista: do engenho escravista à usina de açúcar e álcool (1530-1930).** Revista Brasileira de Geografia, nº 57, 2022.
- RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- RODRIGUES, M. **Para que servem as histórias de empresas.** Revista Marketing Industrial, nº 54, p. 46-54 [s/d]. Disponível em <https://www.mem.com.br/team>
- RODRIGUES, G.S.C.; ROSS, J.L.S. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil [recurso eletrônico]: perspectivas geográfica, histórica e ambiental.** Uberlândia: EDUFU, 2020. Disponível em [http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu\\_a\\_trajetoria\\_da\\_cana-de-acucar\\_no\\_brasil](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil)
- SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H. **Brasil, uma biografia.** São Paulo: companhia das Letras, 2018
- SCIFONI, S.; NASCIMENTO, F. B. **Memória e esquecimento. O patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas.** São Paulo. Anais do VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes, 2013. v. 1. p. 1-23.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH/SMC, 1992.
- TEIXEIRA, Paulo Sergio. **Primeiros Engenhos do Brasil Colonial e o Engenho São Jorge dos Erasmos: preliminares de uma doce energia.** História e-História, v. 26jul., p. única, 2011.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Adaptação e Valorização Patrimonial Monumento Nacional Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos.** Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2014

## DOCUMENTOS DO MUSEU

Plano Museológico de 2014  
Projeto de Atualização do Plano Museológico de 2022/2023  
Site do Museu  
Lista de acervos  
Material educativo  
Vídeos sobre os projetos “Verdear” e “Colhendo Memórias”